

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.531 - RS (2019/0231907-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : OI S.A  
**ADVOGADOS** : TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931  
DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378  
CARINA BELLOMO DA SILVA - RS080393  
LETÍCIA DA SILVA RODRIGUES - RS111918  
**AGRAVADO** : JUSSARA SCHNORR MULLER  
**ADVOGADOS** : ANDRESSA CRISTINA CABRAL - RS079056  
FÁBIO SCHEUER KRONBAUER - RS077946

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugna acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EXECUTADA. LEVANTAMENTO DE VALORES DEPOSITADOS EM JUÍZO. Das decisões prolatadas nos autos do agravo de instrumento n. 0034576-58.2016.8.19.0000 – TJ/RJ, e seus respectivos embargos de declaração, retira-se que para o levantamento de valores depositados nos autos de qualquer execução ou cumprimento de sentença em face da companhia telefônica resulta necessário o preenchimento, cumulativamente, de dois requisitos, ou seja, (1) valores depositados antes de 21.06.2016 e (2) trânsito em julgado/preclusão da decisão prolatada em embargos à execução ou na decisão final da impugnação ao cumprimento de sentença que tenha definido o quantum debeatur anteriormente a 21.06.2016. No caso concreto, preenchidos os requisitos supramencionados em relação aos valores apontados como incontroversos na impugnação ao cumprimento de sentença que pende de julgamento, impõe-se a manutenção de seu depósito vinculada ao processo de origem. Eventual valor excedente ou depositado/bloqueado em demandas que não se insiram nas exceções do agravo de instrumento 003457658.2016.8.19.0000, devem ser liberados diretamente à Cia. demandada, independentemente de intimação, notificação ou cientificação do administrador judicial. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO" (e-STJ fl. 166).*

Os primeiros embargos declaratórios opostos pela agravante não foram acolhidos (e-STJ fls. 316/320). Já o segundo recurso não foi conhecido (e-STJ fls. 321/326).

No especial (e-STJ fls. 335/342), a recorrente alega violação do artigo 59 da Lei nº 11.101/2005.

# Superior Tribunal de Justiça

Afirma que a homologação do plano de recuperação implica na novação de todos os créditos a ela sujeitos, motivo por que, após a liquidação do valor, o crédito deverá ser habilitado por meio de incidente próprio para, "*na sequência, ser reestruturado e pago de acordo com as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial*" (e-STJ fl. 339).

Defende que houve novação do crédito, porquanto, embora o depósito judicial tenha sido realizado antes do deferimento da recuperação judicial, ocorrido em 21/6/2016, o trânsito em julgado se dará após essa data.

Sustenta que os valores foram depositados a título de garantia de juízo e não pagamento espontâneo de condenação.

Pugna pela imediata devolução dos valores e a submissão do crédito ao plano de recuperação judicial.

Após a apresentação das contrarrazões (e-STJ fls. 396/402), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Jussara Schnorr Muller contra a decisão prolatada no cumprimento de sentença que move contra OI S/A que deferiu a esta o levantamento dos valores depositados.

O Tribunal local, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela possibilidade de levantamento dos valores incontroversos pela recorrida, porque tanto o depósito dos valores quanto a decisão que definiu o *quantum debeatur* ocorreram em data anterior ao ingresso do pedido de recuperação judicial pela ré, ora recorrente.

Eis o excerto do voto condutor do acórdão recorrido na parte que interessa:

"(...)

*Consoante comprovante de fl. 63 do instrumento, houve depósito para garantia do juízo em 15.12.2015.*

*Por outro lado, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela companhia telefônica em 11.01.2016 (fls. 48-57 do instrumento), houve expressa indicação de valor incontroverso.*

*Salienta-se que, consoante indicado pelas partes de forma incontroversa, a impugnação ao cumprimento de sentença pende de julgamento.*

*Nessas circunstâncias, a par das orientações apontadas pelo juízo da recuperação judicial, procede em parte a insurgência da*

# Superior Tribunal de Justiça

*parte-agravante, porquanto ao menos em relação ao valor incontroverso, encontram-se preenchidos os requisitos para levantamento de créditos concursais, razão pela qual devem permanecer depositados no processo de origem" (e-STJ fls. 173/174).*

Cumpre consignar, ainda, a repetição de tais fundamentos no exame dos aclaratórios:

"(...)

*Com efeito, considerando o acórdão embargado, a partir das decisões prolatadas pelo 1º e 2º graus do juízo da recuperação judicial, bem como dos Ofícios e Aviso informando e esclarecendo as orientações a serem adotadas nos processos envolvendo a companhia telefônica, concluiu-se que a expressa indicação de valor devido pela companhia telefônica antes de 21.06.2016 configura o preenchimento do segundo requisito exigido para deferimento de levantamento de valores, qual seja, trânsito em julgado/preclusão da decisão prolatada em embargos à execução ou da decisão final da impugnação ao cumprimento de sentença que tenha definido o quantum debeatur anteriormente a 21.06.2016" (e-STJ fl. 318).*

Rever tal entendimento demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

Impõe-se ressaltar que não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários recursais nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, considerando que o acórdão recorrido é proveniente de julgamento de agravo de instrumento sem o arbitramento de honorários advocatícios.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator